

Perguntas frequentes

1) O que é a febre aftosa? Quais as principais formas de transmissão?

A febre aftosa é uma doença infecciosa aguda que causa febre, seguida do aparecimento de vesículas (aftas), principalmente, na boca e nos pés de animais de casco fendido, como bovinos, búfalos, caprinos, ovinos e suínos. A doença é causada por um vírus, com sete tipos diferentes, que pode se espalhar rapidamente, caso as medidas de controle e erradicação não sejam adotadas logo após sua detecção. O vírus está presente em grande quantidade no epitélio (tecido que reveste) e fluído das vesículas. Também pode ser encontrado na saliva, no leite e nas fezes dos animais afetados. A contaminação de qualquer objeto com qualquer dessas fontes de infecção é uma fonte perigosa de transmissão da doença de um rebanho a outro. No pico da doença, o vírus está presente no sangue. Nesse estágio, os animais infectados começam a excretar o vírus poucos dias antes do aparecimento dos sinais clínicos.

Os animais contraem o vírus por contato direto com outros animais infectados ou por alimentos e objetos contaminados. A doença é transmitida pela movimentação de animais, pessoas, veículos e outros objetos contaminados pelo vírus. Calçados, roupas e mãos das pessoas que lidaram com animais doentes também podem transmitir o vírus.

2) Quais são os prejuízos econômicos para o produtor?

O principal efeito da febre aftosa é comercial. A doença afeta enormemente o comércio interno e externo de animais e seus produtos. Devido ao alto poder de difusão do vírus e aos impactos econômicos provocados pela doença, os países estabelecem fortes barreiras à entrada de animais susceptíveis e seus produtos oriundos de regiões com ocorrência da febre aftosa. Tais barreiras têm efeitos negativos sobre a pecuária e toda a economia do país, com graves consequências sociais.

A ocorrência da doença, além disso, tem também efeitos diretos sobre o bem-estar animal, na produção e produtividade dos rebanhos e é uma ameaça à segurança alimentar de pequenos produtores.

3) Como combater a febre aftosa?

A vacinação dos bovinos e búfalos, seguindo o calendário oficial de cada estado ou região, tem papel fundamental na erradicação e prevenção da doença. No Brasil, a vacinação contra febre aftosa é praticada em todos os estados e no Distrito Federal, com exceção de Santa Catarina, considerado, desde 2007, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), como livre de febre aftosa sem vacinação.

Para o combate à doença, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conta com o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa (PNEFA) e atua em parceria com os serviços veterinários estaduais e a iniciativa privada.

Entre as estratégias do programa estão a manutenção e o fortalecimento das estruturas dos serviços veterinários oficiais e da infraestrutura para diagnóstico, normatização das ações, cadastramento do setor agropecuário, vigilância ostensiva, vacinação de animais, manutenção de programas de educação sanitária e comunicação social, organização e consolidação da participação comunitária.

Após a detecção da doença, a política de controle básica prioritária envolve o sacrifício sanitário de animais doentes e a eliminação de fontes de infecção, para conter seu possível avanço.

4) Como ocorre a campanha de vacinação contra a febre aftosa?

A campanha de vacinação segue o calendário oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e é realizada, na maior parte dos estados, nos meses de maio e novembro. A vacinação sistemática é obrigatória, exceto em Santa Catarina, e é autorizada somente para bovinos e búfalos. A aquisição e aplicação da vacina contra a febre aftosa é de responsabilidade dos proprietários dos animais. Cabe ao serviço veterinário oficial fiscalizar a produção, para garantir a qualidade da vacina produzida, bem como inspecionar, controlar e orientar as atividades de comercialização e utilização do produto. A execução e o controle das campanhas de vacinação são de responsabilidade dos serviços veterinários estaduais, de acordo com normas e procedimentos gerais estabelecidos em consonância com as orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O rebanho brasileiro é formado por 207,2 milhões de bovinos e 1,2 milhão búfalos, totalizando 208,4 milhões de animais. Em 2010, o índice de cobertura

vacinal dos rebanhos brasileiros foi de 97,4%. Para tanto, foram aplicadas 324.223.052 doses de vacinas em bovinos e búfalos ao longo do ano.

5) Qual a importância da campanha de vacinação?

A vacinação contra a febre aftosa existe em grande parte da América do Sul, como uma das principais estratégias dos programas nacionais de erradicação. As experiências disponíveis na região demonstram que a manutenção de um adequado nível de imunidade populacional na espécie bovina tem contribuído para a erradicação da doença.

6) Quais são as ações diferenciadas promovidas pelo governo?

As ações do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção contra a Febre Aftosa têm procurado fortalecer as estruturas dos serviços veterinários oficiais em todo país. A prioridade do governo, neste momento, são as medidas voltadas para as regiões Norte e Nordeste, como melhorias na estruturação dos escritórios veterinários, contratação e capacitação de profissionais e intensificação das atividades de vigilância sanitária.

Nos últimos anos, o Ministério da Agricultura tem desenvolvido campanhas de vacinação oficial (quando os técnicos do governo aplicam a vacina) no Amapá, nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos (em Roraima) e em 12 (doze) municípios da calha do Rio Amazonas: Autazes, Barreirinha, Boa Vista dos Ramos, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Itacoatiara, Manaus, Maués, Nhamundá, Parintins, Rio Preto da Eva e Urucurituba.

Ações de vigilância diferenciadas também são conduzidas nas regiões de fronteira internacional, para prevenir a reintrodução da doença nas zonas livres.

7) Qual o papel do produtor rural? Onde deve ser declarada a vacinação?

O produtor rural deve adquirir a vacina em uma revenda de produtos veterinários, autorizada pelo Ministério da Agricultura a comercializar o produto, e aplicá-la nos animais durante o mês da campanha de vacinação em seu estado. Após esse procedimento, ele tem um prazo para entregar a declaração da vacinação (variável de acordo com o estado) em um escritório de atendimento à comunidade de seu município. Encerrada cada etapa de vacinação, os produtores que não comprovarem a vacinação nos escritórios estão sujeitos a multas e proibidos de comercializar os animais. Nesses casos, o

rebanho pode ser vacinado sob acompanhamento e fiscalização do serviço veterinário oficial.

8) Como o produtor deve proceder em casos de suspeita da doença?

Toda suspeita de doença vesicular, como é o caso da febre aftosa, é de notificação imediata e obrigatória. O produtor ou qualquer pessoa que verifique a existência de sinais clínicos, como babeira, manqueira, feridas na boca, patas e úbere (peito) de bovinos, búfalos, caprinos, ovinos, suínos, além de outras espécies de casco fendido, deve comunicar imediatamente ao Serviço de Defesa Sanitária Animal de seu estado ([ver lista](#)), por meio dos escritórios locais de atendimento à comunidade. Um médico veterinário oficial fará a inspeção dos animais e, caso confirme a ocorrência de doença vesicular, tomará as providências necessárias, como colheita de amostras para diagnóstico laboratorial e estabelecimento de medidas emergenciais de proteção para evitar que a doença se espalhe.

9) Qual a situação sanitária da febre aftosa nos estados?

Atualmente, 15 unidades da federação são reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livres de febre aftosa com vacinação: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal, além dos municípios de Guajará e Boca de Acre, no Amazonas; e a região centro-sul do estado do Pará. Santa Catarina é o único estado reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. São classificados nacionalmente como “risco médio” os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí. A região centro-norte do estado do Pará também está classificada como “médio risco”. Roraima, Amapá e demais áreas do estado do Amazonas tem status sanitário como “alto risco”. Hoje, o Brasil não tem mais nenhum estado classificado como “risco desconhecido”.

10) Recentemente, a região de fronteira de Mato Grosso do Sul com a Bolívia e Paraguai foi reconhecida pela OIE como livre de febre aftosa com vacinação. Como serão os procedimentos de vigilância no local?

A comissão científica da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu, em fevereiro de 2011, a Zona de Alta Vigilância (ZAV) de Mato Grosso do Sul – que faz fronteira com a Bolívia e Paraguai – como livre de febre aftosa com vacinação. Com isso, o Ministério da Agricultura publicou a

[Instrução Normativa nº 13](#), de 22 de março de 2011, redefinindo as diretrizes para execução do sistema de vigilância veterinária na referida zona.

Nesse sentido, o serviço veterinário oficial manterá uma unidade veterinária local em cada município da região de fronteira com, no mínimo, dois médicos veterinários, além de postos fixos e equipes móveis de fiscalização atuando de forma permanente. Será adotado ainda um plano específico de monitoramento e vigilância veterinária, incluindo, prioritariamente, inspeções em propriedades, áreas de risco e fiscalização do trânsito de animais. O cadastro das propriedades, produtores e explorações pecuárias deverá ter identificação específica no sistema de controle do serviço veterinário oficial, com a localização georreferenciada de todas as propriedades. Continua obrigatória a identificação individual de todos bovinos, búfalos, ovinos e caprinos. A fiscalização e acompanhamento da vacinação contra a doença continuarão efetivos, porém, produtores e entidades privadas que atuam na região terão maior responsabilidade para realizarem a atividade.

11) Qual área compreende a região de fronteira de MS?

Os limites da nova zona livre de febre aftosa permanecerão inalterados, abrangendo uma faixa de aproximadamente 15 km de largura, a partir da fronteira internacional, envolvendo 13 municípios: Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Japorã, Ladário, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porá, Porto Murtinho e Sete Quedas.

12) Quando foi detectado o primeiro foco de aftosa no mundo? E no Brasil?

A febre aftosa foi detectada na Itália em 1514. No Brasil, o primeiro registro ocorreu em 1895, no Triângulo Mineiro. Como prevenção, o Ministério da Agricultura promove ações desde 1934, quando foi publicado o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Mas as instruções específicas para o seu controle, que incluía a vacinação, foram definidas em 1950 e as campanhas organizadas tiveram início em 1965. O último foco no Brasil foi detectado em 2006, no Paraná e Mato Grosso do Sul.